



ESTADO DE MATO GROSSO

## CÂMARA MUNICIPAL DE PARANATINGA

PROJETO DE LEI CM Nº 014/2023

“INSTITUI O AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO AOS SERVIDORES PÚBLICOS EFETIVOS E COMISSIONADOS DA CÂMARA MUNICIPAL DE PARANATINGA-MT, NAS CONDIÇÕES QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

A **Câmara Municipal de Paranatinga**, Estado do Mato Grosso, com fundamento no inciso I, do artigo 27, do Regimento Interno e nos termos da Lei Orgânica Municipal, apresenta o seguinte Projeto de Lei:

**Art. 1º** - Fica o poder Legislativo Municipal autorizado a conceder auxílio-alimentação mensal aos servidores público municipais ativos do poder Legislativo, efetivos e comissionados, no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais).

§ 1º - O auxílio-alimentação será disponibilizado mensalmente pela Administração Pública mediante crédito na folha salarial.

§ 2º - Não farão *jus* ao benefício previsto no “caput” deste artigo, os Vereadores.

§ 3º - O valor citado no *caput* será alterado anualmente, na mesma data e pelo mesmo índice utilizado para a revisão geral anual da remuneração dos servidores públicos do Poder Legislativo.

**Art. 2º** - O servidor receberá mensalmente o benefício proporcionalmente aos dias efetivamente trabalhados, observados os descontos previstos no art. 5º desta lei.

**Art. 3º** - O auxílio-alimentação será concedido mensalmente ao servidor da ativa, sob a forma prevista no artigo anterior, mediante crédito na folha salarial.

**Art. 4º** - O benefício instituído por esta lei não será, em hipótese alguma:

- I - Pago em dinheiro;
- II - Incorporado ao vencimento, remuneração ou pensão;
- III - Caracterizado como salário-utilidade ou prestação salarial *in natura*;

IV - Configurado como rendimento tributável, nem sofrerá incidência de contribuição para o Regime Geral de Previdência Social.

Eva Auxiliadora de Souza Dantas  
1º VICE PRESIDENTE

Edson Agripino da Silva  
2º VICE PRESIDENTE

Carlos Souza Almeida  
1º SECRETÁRIO